

# QUESTÃO INDÍGENA COMO QUESTÃO URBANA: NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA GEOGRÁFICA

## THE INDIGEOUS ISSUE AS A URBAN QUESTION: NOTES FOR THE CONSTRUCTION OF A GEOGRAPHICAL PROBLEM

**Sandoval dos Santos Amparo**

sanamparo@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho compreende um esforço no sentido de desmistificar alguns aspectos da questão indígena, considerando-a como questão urbana, dado ao contexto no qual se estabelecem as relações interétnicas no Brasil. Procura-se trazer a questão indígena para o centro do debate geográfico, tecendo considerações sobre o indigenismo, a cidade e o índio no Brasil, buscando dimensionar as diferentes condições em que se dá a presença do índio na cidade, e por quais motivos se dá este fato. O indigenismo, em acordo com as idéias propostas por Pacheco de Oliveira, é considerado como a dimensão territorial de uma política de origem urbana.

**Palavra-chave:** Questão indígena, questão urbana, indigenismo.

**Abstract:** This work includes an effort to clarify some aspects of the Indian question, considering it as urban issue, given the context in which to establish the inter-ethnic relations in Brazil. It seeks to bring indigenous issues to the geographical center of the debate, with considerations on the indigenous movement, the city and the Indian in Brazil, trying to scale the different conditions under which it gives of the Indian presence in the city, and for what reasons this happens fact. The indigenous movement in accordance with the ideas proposed by Pacheco de Oliveira, is regarded as the territorial dimension of a policy of urban origin.

**Keywords:** Indigenous Issues, urban issues, indigenism.

### 1. Propósito

*Que dirá a seu filho o pai?  
Que dirá para a filha a mãe?  
Que virá dessa escuridão?  
Será bem ou será maldição?  
Será Deus ou será mortal?*

*Mostrará, da arma, a munição,  
O punhal fere o coração,  
O veneno morde a canção.  
(Milton Nascimento, 1990)*

É tão incipiente o estágio em que se encontra o conhecimento das questões referentes aos índios e ao indigenismo em Geografia, e igualmente marcado de preconceitos, que à primeira vista tratar da questão indígena num simpósio de Geografia Urbana<sup>1</sup> pode suscitar dúvidas e exclamações em muitos geógrafos, se não também a antropólogos e políticos acostumados a pensar os índios como se fazia à moda do colonizador português ou à tradição indianista<sup>2</sup>. Basta atentarmos aos textos difundidos por Carlos Walter Porto Gonçalves (2003, 2004), para reconhecer o elevado grau de ideologia colonialista sob o qual emerge este ponto de vista. Segundo este autor, a organização disciplinar das ciências está identificada ao período da modernidade (colonial), que se inaugura em 1642 com a Pax de Westfalia, quando se institui o Estado territorial moderno, inibindo as possibilidades de dupla afetação de territórios entre reinos, principados, ducados e países, conforme ocorria na idade média na Europa (GONÇALVES, 2003, p. 372).

No que diz respeito ao caso particular dos países latino-americanos, o mesmo autor, em outro momento, afirma: “Aníbal Quijano nos llamó la atención al decir que, aquí en América el fin del colonialismo no significó el fin de la colonialidad.” (GONÇALVES, 2004, p.2). Este marco – a formação do Estado nacional<sup>3</sup> – é notadamente político, pois, como afirma o autor, a política se coloca, *a priori*, como a arte de definir limites. A modernidade colonial será marcada quase que integralmente pela política, já que a definição de limites alcançará desde o espaço, categoria concreta, material, a categorias abstratas, intangíveis, como o tempo, a ciência, a natureza e a cultura (GONÇALVES, 2004).

Nesta perspectiva, a cidade (*polis*), é vista como lócus da *civis*, da *poiesis* (arte) e da *aesthetic* (cultura); enquanto que a aldeia e o campo formam, por oposição, o lócus da natureza. A civilização (urbana) é detentora da cultura e o índio, assim como o camponês,

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste tema foi apresentado à Associação dos Geógrafos Brasileiros em 2010, tendo sido aceite e publicado nos Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, que se realizou naquele mesmo ano em Brasília, sem, no entanto, que pudéssemos nos fazer presente para defender nossas idéias.

<sup>2</sup> O “indianismo” é a expressão literária romântica, cuja referência principal continua sendo a obra de Gonçalves Dias, do século XIX. Sua principal característica a reflexão do índio aparece a exemplo do “bom selvagem” roussauneano, ainda assim, ser da selva, da floresta, da natureza.

<sup>3</sup> “La primera violencia que emanó con los nuevos estados fue teórica, esto es, llamar *estado nacional* a las nuevas formas geográficas de organización de las relaciones sociales y de poder. El estado que aquí nace con La independencia también se inspiró en los principios liberales fundados en la propiedad privada y, con ello, negó a los indígenas el derecho tradicional al uso comunal del territorio.” (GONÇALVES, 2010 s/p)

eram associados à natureza, (selvagens), passíveis da dominação pela cidade. Como decorrência, até agora não são poucos os estudos que levam em consideração o lado material das experiências indígenas, no que diz respeito às relações entre aldeias e cidades e repercussões no espaço *urbano* das aldeias, e agora, das cidades.

Longe de abranger totalmente a complexidade da questão, o objetivo deste ensaio realiza alguns apontamentos e levanta subsídios para a construção de uma problemática historicamente negada, que visa a trazer a questão indígena para o centro do debate entre os geógrafos, vislumbrando com isso a construção de novos olhares e maior ênfase para as questões indígenas no contexto da disciplina.

## 2. Aspectos metodológicos

Devido às limitadas referências em Geografia sobre os indígenas, iniciamos um trabalho voluntário de pesquisa, a partir do ano de 2004, afim de subsidiar nossas atividades de geógrafo da Fundação Nacional do Índio, órgão federal com sede em Brasília. Destas atividades surgiram as inquietações que nos levaram ao curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, onde pretendíamos explorar esta ampla frente de estudos que diz respeito às relações entre povos indígenas e cidades no Brasil, com foco na organização espacial dos assentamentos, do que este ensaio é uma peça complementar.

Devido à diminuta reflexão sobre o índio em Geografia ao longo do século XX, de que finalmente caminhamos para nos recompor, não sabemos ainda qual o lugar devido à questão em nossa disciplina. O primeiro flerte se dá com a antropologia, mas esta disciplina tem caminhos próprios os geógrafos não podemos apenas ratificar proposições de antropólogos clássicos ou tomá-las como verdades científicas absolutas sem antes observar que elas próprias sofrem críticas de outras correntes de antropólogos. Todavia, a leitura etnológica é riquíssima e em muito contribui para a produção dos geógrafos. Mas não pode ser utilizada para suprimir a reflexão geográfica.

O tema obriga nos obriga a observar estes caminhos interdisciplinares e transcendê-los. (Re)-aproximar-se de campos como a linguística e a etnografia, campos que achávamos estar distantes desde a moderna divisão social do trabalho científico<sup>4</sup>. A metodologia básica de elaboração deste trabalho consistiu em sua maior parte, daquelas observações a que os

---

<sup>4</sup> Sabemos que ao lado da contribuição de grandes filósofos iluministas como Kant, e Ritter, as descrições, pesquisas e literatura produzida por cronistas e naturalistas do período colonial comparecem para a formação da Geografia acadêmica, assim como a antropologia (MOREIRA, 2006; HARVEY, 1992).

antropólogos chamam de observação participante, ou seja, aquela que se dá por meio da intervenção direta junto às comunidades estudadas (OLIVEIRA, 1988).

Estas observações foram possibilitadas pela realização de atividades sistemáticas realizadas em diversas comunidades do país, tanto situadas em áreas urbanas quanto no interior de Terras Indígenas demarcadas. No que diz respeito ao registro, foram realizadas a captação de imagens com câmeras fotográfica e filmadora, uso de equipamento de GPS e produções cartográficas, entrevistas gravadas e/ou anotadas em atividades de campo, produção de desenhos e questionários de pesquisa sobre o espaço vivido dos mesmos, principais lideranças e uso dos recursos territoriais.

De maneira subsidiária, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com referências históricas e em marcos legais.<sup>5</sup> A observação desta documentação demonstra a necessidade de propor algo novo no que diz respeito ao entendimento do indígena, de encontrar um lugar para o índio na cidade. Esperamos que este texto aponte novos caminhos para a contribuição dos geógrafos à questão indígena, fugindo de velhos sofismas e discursos passadistas, marcados por um ambientalismo elitista, que deixa de considerar o indígena em sua condição histórica para naturalizá-lo junto à natureza.

Analicamente, nos valem de noções importantes, tais quais escala, cidade e territorialização<sup>6</sup>, nos termos propostos por Rogério Haesbaert (2007) e João Pacheco de Oliveira (1998), dentre outros, buscando aproximar nossa leitura de suas propostas teóricas e metodológicas. O viés historicista é dado pela influencia necessária da obra de M. Santos, particularmente suas considerações sobre a relevância das periodizações, suas pontuais observações sobre ao surgimento das infraestruturas territoriais e sua abertura para uma geografia dos povos (SANTOS, 2001, 2009). Reservadas as nuances peculiares à questão indígena, buscamos realizar a análise das aldeias e o protagonismo dos indígenas com base em suas asserções.

Por fim, diversos autores oferecem contribuições para a discussão em pauta. Nestor Goulart Reis (1967), Luís Saía (1995) e Darcy Ribeiro (2006) tornaram-se panos de fundo cruciais para confirmar a tese que defendemos, sobre as origens urbanas do indigenismo. Por fim, os dados sobre a localização dos povos indígenas apresentados foram confirmados em atividades de campo realizadas pelo autor ou confirmadas por fontes como FUNAI (2011), IBGE (2010) e CIMI (2012).

---

<sup>5</sup> Neste sentido alguns antropólogos, arqueólogos e historiadores realiam trabalhos brilhantes no que tange ao levantamento destes registros. Destacam-se Odair Giralдин (1997) ou Juracilda Veiga (2006), dentre outros.

<sup>6</sup> Um aprofundamento da noção de territorialização se encontra também em Amparo (2012).

### 3. Índio no Brasil: contradições e ambiguidades

Os povos a que erroneamente chamamos de índios no Brasil correspondem aos nativos encontrados pelos colonizadores europeus quando aportaram no “novo mundo”. Consta que acreditando ter chegado às Índias, chamaram índios aos que aqui estavam. Todavia, em que pese o grande prejuízo demográfico e cultural sofrido desde o início da colonização – Darcy Ribeiro (2006) estima em 5 milhões a população à época do descobrimento –, os índios constituem ainda cerca de 230 povos, que falam cerca de 180 línguas, e ao contrário do que previam a maioria dos etnólogos e mesmo geógrafos importantes, como Carl Sauer, ou antropólogos como Darcy Ribeiro (Amparo, 2010) os índios não foram “assimilados” pela sociedade nacional, mas ao contrário, garantiram e asseguraram – mesmo no contexto do Estado territorial moderno – o direito à sua condição diferenciada, parte de seus territórios (ainda que controle limitado sobre estes) e até certo ponto, a manutenção de seus padrões de organização e sociabilidade tradicionais.

Estas manifestações, todavia, encontram-se profundamente alteradas na maioria dos casos, com as sociedades indígenas submissas por dependência aos Governos Central e local, resultado de cinco séculos de colonização (OLIVEIRA, 1967) ou territorialização (OLIVEIRA, 1998). Não há dados precisos, mas estima-se que a população indígena atual fique em torno de 700 mil habitantes, segundo as estimativas do IBGE, havendo controvérsias com relação a este número. O órgão coordenador da política indigenista não contabiliza os índios urbanos, que somam aproximadamente 300 mil (FUNAI, 2011), e vivem em praticamente todas as cidades próximas às terras indígenas demarcadas ou em vias de demarcação, neste caso alguns elementos ou famílias, com forte vínculo junto às comunidades de origem, inclusive familiares. Constituem os índios “desaldeados”, e vivem geralmente em residências simples, muitas vezes localizadas em áreas urbanas periféricas ou em construções precárias, conforme dados do Conselho Indigenista Missionário (2012) e Amparo (2010).

Nas grandes metrópoles capitais vivem em comunidades indígenas urbanas, como em São Paulo e Porto Alegre; ou em residências pessoais (desaldeados), em praticamente todas as metrópoles brasileiras e latino-americanas. Vivem ainda em determinadas cidades médias, as quais se ergueram sobre tradicionais territórios indígenas<sup>7</sup>; Há ainda cidades nas quais a

---

<sup>7</sup> Alguns exemplos: Dourados e Campo Grande no Mato Grosso do Sul, Coroa Vermelha e Caraíva, na Bahia (cidades de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, respectivamente), Tucumã, Redenção, São Felix do Xingu e Marabá, no Pará; Passo Fundo no Rio Grande do Sul, ou Guarapuava, no Paraná; Humaitá, Lábrea, Manicoré, no

comunidade indígena corresponde a bairros ou áreas das cidades, constituindo inclusive arquiteturas específicas ou de bastante influenciadas pelos valores tradicionais das edificações indígenas<sup>8</sup>. Na maioria destes casos, porém, as comunidades indígenas correspondem a assentamentos precários, sem diferença do padrão construtivo regional, se não pela precariedade, muitas vezes fortemente marcada<sup>9</sup> quando se tratam de acampamentos de lona ou de palha<sup>10</sup>.

Os aspectos que grifamos acima nos fornecem subsídios para uma análise introdutória da questão. A imagem do índio brasileiro continua sendo marcada por uma visão extremamente romântica, a qual remete exclusivamente ao índio idealizado e selvagem, habitante das aldeias e florestas, onde em suposta “harmonia” com a natureza, vive da caça e da pesca, como se o tempo tivesse passado para nós e não para eles. Esta imagem, porquanto, ainda exista, em alguns casos, atua, porém, como cortina de fumaça sobre a situação do índio contemporâneo.

Primeiro, porque, como vimos, quase metade da população indígena brasileira vive nas pequenas, médias ou grandes cidades, em diferentes condições, as quais tentaremos descrever, ao menos a título de esboço. Segundo, porque na maioria absoluta dos casos<sup>11</sup>, mesmo o índio “aldeado”, aquele que na mata ou no cerrado, tem contato frequente com a cidade, seja através de sistemas de comunicação (radio, telefonia e – mais recentemente – internet), seja através das incursões políticas, turísticas ou comerciais, conforme demonstra a simples observação do cotidiano indigenista.

Tanto os índios realizam o comércio de seus produtos nas cidades – sejam artesanatos, sejam produções agrícolas –, como também participam de atividades culturais como convidados, em universidades, museus, centros culturais e programas radiofônicos e televisivos; ainda, os índios acionam suas bases de apoio urbano, representadas por órgãos públicos, como FUNAI e SESAI, por ONGs, pesquisadores universitários, juristas e jornalistas, que frequentemente os assessoram na defesa de seus direitos. Voltaremos a esta questão mais adiante.

---

Amazonas, etc.

<sup>8</sup> Como a Coroa Vermelha, região onde desembarcou as primeiras caravelas portuguesa e que até hoje é intensamente ocupada por indígenas (do povo Pataxó) ou Salto do Jacuí, no Rio Grande do Sul.

<sup>9</sup> Como ocorre com os Kaingáng do Forquilha, em Sananduva (RS), ou com o povo Guarani Kaiwá, em diversas cidades do Mato Grosso do Sul.

<sup>10</sup> Para referências específicas sobre a questão da morfologia das aldeias ver Cristina As (1982), Lilian Simões (1989), Klauss Harbenger (2005) ou Sandoval Amparo (2010) ou Conselho Indigenista Missionário (2012).

<sup>11</sup> A exceção são os índios considerados “isolados”.

## 4. Sobre a cidade

### 4.1. Urbano, urbanismo, urbanização

Segundo o urbanista e cientista social Nestor Reis podemos distinguir a urbanização, enquanto fenômeno social; do urbanismo enquanto ciência, e do urbano enquanto consciência, sendo impossível a compreensão dos fenômenos de urbanização sem a consideração de seus aspectos sociológicos (REIS, 1967). Manuel Castells vai de encontro a esta assertiva, afirmando que ao se falar em questão urbana se fala, “antes de tudo de uma condição ou de ideologia urbana” (CASTELLS, 1981). É aceito por estes autores – principalmente pelo primeiro – que a plenitude desta *condição* ou *ideologia* urbana teria sido alcançada com o renascimento, sendo a cidade renascentista considerada a cidade ideal, símbolo do desenvolvimento comercial e artístico europeu, favorecido pelo advento da conquista colonial; a cidade renascentista constitui, neste contexto, o reencontro com a *polis* grega, onde se desenvolveu a ideologia da liberdade e da plenitude humana.

A partir deste período se verificará intensa atividade urbanizadora tanto na metrópole quanto nas colônias, o que possibilitará um “amadurecimento teórico e prático dos processos tradicionais de organização urbana” (REIS, 1967, p.31). As cidades das colônias terão o papel de articular suas economias à economia da metrópole; e na Europa, possibilitarão o surgimento de cidades e do processo de regulação do espaço urbano. Este movimento se desdobrará principalmente, com o desenvolvimento das idéias e expressões barrocas e maneiristas, que segundo Reis:

Além dos esquemas sempre mais elaborados das cidades novas, correspondem uma série de esplêndidos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, através dos quais se tentava introduzir uma disciplina entre as construções particulares e um pouco da natureza – dominada e ordenada pela mão do homem – no meio urbano. (REIS, 1967, p. 31)

A revolução industrial, porém, lega à sociedade a “cidade real”, que irá se multiplicar, gerando grandes problemas, que alimentarão os debates nos centros europeus onde suas características espaciais começam a ser notadas. O crescente fenômeno da urbanização, a aglomeração urbana, as precárias condições de trabalho das cidades e outros tantos problemas sociais foram contundentemente percebidos nas cidades da revolução industrial, associando-a à imagem do caos (REIS, 1967).

É decorrente desta nova cidade, a cidade urbano-industrial, que tem nas suas periferias levadas cada vez maiores de trabalhadores oriundos do campo e que é marcada por problemas

de diversas ordens surgidos na esfera social, que surgirão os primeiros estudos sobre a cidade, no âmbito da geografia, da sociologia, da biologia e da psicologia. Estes estudos – verdadeiras *escatologias urbanas*, como afirma REIS (1967) – serão de grande importância para o surgimento do urbanismo moderno, mas apresentavam muito mais a descrição dos problemas da cidade do que propostas, e ainda seriam marcados pela ausência de uma definição clara de cidade, identificada apenas a um (ou alguns) de seus aspectos, dos quais a aglomeração será considerado o mais relevante, já que a demografia e a estatística surgem com muita força no contexto racionalista que predominava no meio científico do século XIX.

A cidade industrial, na prática, retira o urbano de sua plenitude filosófica, artística e ideológica e a transforma num aglomerado humano, e apenas em Weber, a cidade voltará a ser entendida de modo sistêmico (REIS, 1967; HAUSER & SCHNURE, 1975). Além de procurar compreender ao máximo o conjunto de relações que formam a cidade, Weber considerou a evolução das formas de organização e observou que a cidade se estrutura enquanto organização econômica, mas que diferente da lógica social da aldeia, na qual os valores principais – inclusive econômicos – são determinados em maior importância por cooperações de tipo familiar e religiosa, a cidade “é uma associação econômica com propriedade territorial” (REIS, 1967, p.53). Em Weber (*apud* REIS, 1967 p. 57-8) são ressaltados fundamentalmente os aspectos jurídico-administrativos da cidade, e em suas considerações sobre os aspectos da “cidade ideal”, pontua principalmente a forma como a cidade responde ou poderia responder às demandas postas pelo papel capital que assume, modelo que o aproxima das cidades renascentistas, e revelam as limitações de sua teoria, do ponto de vista propositivo, o que viria a ocorrer apenas quando os paradigmas espaciais se colocam no centro dos debates urbanísticos.

Até os trabalhos de Weber – um dos precursores do pensamento urbanístico – os estudos sobre as cidades não buscavam compreendê-la de forma sistêmica mas, ao contrário, concentravam-se apenas em aspectos restritos de sua configuração. Nestor Goulart Reis (1967) confirma o que já haviam apontado Hauser & Schnure (1975), de que o legado de Weber é a compreensão do espaço urbano e da urbanização enquanto fenômeno de interesse fundamental no contexto das ciências sociais. Segundo este autor “a preocupação de Weber parece ser a de estabelecer correlações entre grupo de fatores, pondo em evidência as características de sistema dos núcleos urbanos” (REIS, 2007, p.23). A cidade aparece como uma “forma especial de comunidade”, dotada de autonomia própria, de um “conjunto estruturado de instituições”, um campo de forças em equilíbrio, “que lhe permite restaurar sua ordem face a distúrbios”. Segundo Reis, estas constituem, portanto, as contribuições com



“visão de conjunto dos aspectos sociais da urbanização” e produzem um “uso correto do método dedutivo” (REIS, 1967, p.78).

Dentro deste contexto, o que se deixa de observar, todavia, é que este campo de forças da cidade, este seu conjunto de instituições, compreende, sem dúvida alguma, ao que se chama de meio rural, como faz Argan (2005), ao afirmar que cidade e campo “constituem as duas faces de uma mesma moeda”; ou ainda Limonad, quando afirma “as práticas e relações urbanas (modo de vida urbano) ultrapassam os limites físicos da aglomeração” (LIMONAD, 2007, p. 1456).

Portanto, busca-se esclarecer aqui que a perspectiva de “urbano” compreende o mundo rural, tanto através de suas instituições, como através de sua ideologia<sup>12</sup>. Tem caráter urbano tanto a peleja sertanista e as bandeiras, dos séculos XVI a XIX, como igualmente o indigenismo, no século XX, ainda que prevaleça se erga sobre o pensamento romântico – revelador de uma atitude folclórica até, como aponta Fremont (1980), que revela mais uma frustração do indigenista ante seu objeto de defesa, que a realidade social destes povos. As longas atividades de campo são voltadas para a execução de uma atividade cujo interesse principal se volta exclusivamente para fins urbanos, e o urbano em questão é o urbano colonial, europeu, renascentista, que serviu de modelo à grande maioria das cidades surgidas na América desde a colonização até a modernidade-colonial, e cujo tipo real é a cidade industrial, escatológica, com todos os problemas conhecidos.

A gestão indigenista obedece a uma complexa rede de poder, que em nada deixa de ser compreendida nos modelos propostos por Corrêa (2009), ou seja, as coordenações/administrações das instituições indigenistas oficiais e da sociedade civil obedecem geralmente a localizações hierarquizadas desde Brasília, indo de encontro à rede urbana regional. Conhecidas suas origens urbanas, conforme apresentadas, podemos entender o indigenismo como sua expressão na escala territorial (OLIVEIRA, 1998).

## **4.2. Aldeia e cidade no Brasil**

Diferentemente das cidades espanholas, que desde o início da colonização ergueram-se sobre antigos assentamentos indígenas, como se verifica na Cidade do México, em Cuzco, em Assunção e ainda em muitas outras cidades da América espanhola, das cidades

---

<sup>12</sup> Este caráter “urbano” do mundo rural tem ficado evidente nas últimas décadas, com o advento da modernização agrícola, resultando na proposição do espaço “rururbano”, como em M. Santos (2009) e outros (Argan, 2005).

“fundadas”<sup>13</sup> pelos portugueses poucas se ergueram, num primeiro momento, sobre sítios anteriormente escolhidos pelos indígenas. Decorrente deste fato, estas cidades – espalhadas na faixa litorânea – encontravam-se bastante vulneráveis aos ataques de corsários, pelo mar, ou aos ataques indígenas, por terra (SAIA, 1995, p. 18).

Diante de tais dificuldades, foram os portugueses – já num processo de assimilação da mulher índia e da mestiçagem – obrigados a considerarem os sítios escolhidos pelos indígenas, sob pena de verem suas cidades destruídas, como no caso de São Paulo e Sorocaba (SAIA, 1995). A experiência de Buenos Aires, fundada pelos espanhóis e arrasada pelos índios ainda no século XVI foi um importante exemplo da resistência oferecida pelos indígenas às cidades fundadas pelos colonizadores (CORRÊA, 1969, p.76).

Enquanto os espanhóis foram mais breves no encontrar e espoliar recursos como ouro e prata, instalando-se no interior da colônia (e de certo modo restringindo sua ocupação a estas áreas), a penetração continental portuguesa foi mais penosa e se concretizou ao decorrer de alguns séculos de ação de sertanistas e bandeirantes. O principal elemento desta penetração foi, sem dúvida, o indígena, único conhecedor do território e de grande valor para os bandeirantes (RIBEIRO, 2006, p. 58).

Se, num esforço analítico, podemos considerar o sertanismo dos bandeirantes como precursor do indigenismo moderno, como tem se proposto, temos então que o indigenismo no Brasil se funda nas cidades, bem como a própria noção do índio que se construiu ao longo dos séculos. Ora, ainda que não aceitemos esta matriz como fundadora do indigenismo, assim mesmo teremos na origem do indigenismo um pensamento urbano, bem como o pensamento do índio concebido nas cidades, por cronistas, romancistas, políticos e agentes estatais. Seja no pensamento sertanista colonial, seja no indigenista contemporâneo, inexistem interpretações do espaço das aldeias ou assentamentos indígenas como espaço urbano. Entendemos, todavia, ser possível considerar este aspecto. Estudos recentes, como os do antropólogo Carlos Fausto (2005), do Museu Nacional, comprovam que não apenas as aldeias eram protegidas com fortificações, como ainda grandes ligações promoviam a comunicação entre as aldeias do Alto Xingu. É possível que a principal motivação para a existência destes caminhos fosse o *moitará*, antiga feira de troca xinguana (que persiste), na qual líderes e guerreiros das diferentes aldeias trocam presentes entre si como símbolo de poder, status ou como mera agência diplomática.

Alguns estudos orientados pelos professores Antonio Carlos Carpintero, Andrey

---

<sup>13</sup> Segundo Argan, “as cidades não se fundam, elas se formam”. (ARGAN, 2005, p. 19).

Schlee e Jaime Almeida, no âmbito do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, área de Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Urbanismo, tem procurado superar esta dificuldade. Neste sentido, as dissertações defendidas em Brasília pelo arquiteto boliviano Julio Vilaroel (2009), no qual tece considerações sobre a lógica ancestral de conformação urbana do espaço Chipaya, ou ainda o trabalho desenvolvido, por Sandoval Amparo (2010) trazem contribuições relevantes, possibilitando romper com o silêncio que perdurara desde as manifestações de Cristina Sá (1982) e Lilian Simões (1989).

Pressupõe-se, logo, que devido ao fato de o indigenismo se estabelecer desde as cidades, e ainda com base no ideal sertanista do profissional afeito às “agruras” da vida em locais distantes – sem a sociabilidade nem os lazeres da vida urbana – e sobre o qual se alimenta ainda hoje a idéia do indigenista (SCHIAVINI, 2006) não se pode negar sua origem. Ora, se os sertanistas e indigenistas brasileiros são – via de regra – oriundos das cidades, partem em direção às regiões rurais, e são sujeitos urbanos, que atuam sob o controle de uma lógica igualmente urbana.

Cria-se com isso a dificuldade de que a aldeia ou o assentamento indígena seja reconhecida como urbana, inicialmente por uma questão de legitimação profissional do sertanista, e em seguida, por uma negação deliberada, pautada em preceitos ocidentais, civilizatórios. Apresentando-se a Europa por civilização e o europeu por civilizado, como vimos; ao índio e sua aldeia ou assentamento não se poderia dar outro status se não o da natureza. Ademais, como afirma o antropólogo João Oliveira (1998), a via campesina foi, historicamente a via prioritária através da qual se pretendida efetivar a integração do índio à sociedade nacional, principalmente no pensamento rondoniano – consolidado com o Estatuto do índio, de 1973 –, sendo por isso, tanto imprescindível quanto desejável, que as aldeias fossem consideradas espaços rurais, no contexto de uma leitura cômoda e colonialista, que nega aos índios características específicas de suas formas de organização sócio-espacial, lançando sobre estas um véu de difícil descortinamento, que até hoje é francamente aceito nos diferentes meios, inclusive acadêmicos. Mas se concebermos a cidade como *lócus* das trocas e controle dos fluxos, como é aceito por M. Santos (2001) poderíamos identificar no Xingu uma grande região “urbanizada”, devido às muitas esferas de comunicação, trocas e poder político existentes entre as diferentes aldeias e povos indígenas da região (FAUSTO, 2005).

Uma outra dificuldade que não pode deixar de ser apontada diz respeito à própria enunciação “aldeia”, segundo Maybury-Lewis (*apud* SÁ, 1982, p.6), termo conceitualmente impregnado pelo colonialismo eurocêntrico, já que os aldeamentos foram em muitos casos

formados decorrente do próprio processo colonial, através dos “descimentos”, “reduções”, “aldeamentos”. Em lugar de aldeia, este autor sugere o termo “assentamento” (*settlement*), mais adequado, menos limitado, e passível de considerações desde o ponto de vista do urbanismo (MAYBURY-LEWIS *apud* SÁ, 1982 p.6).

## **5. O índio nas cidades: diferentes perfis e condições**

Os pequenos proprietários e trabalhadores “liberados” das relações tradicionais de produção ao invés de se dirigir, conforme o processo clássico, para as cidades e se assalariar em atividades urbanas, tendem a se ocupar em atividades rurais e urbanas e tornar-se uma força de trabalho sazonal dedicada a atividades tanto urbanas quanto primárias. Contribuem, assim, para alterar o padrão de assentamento nas pequenas, médias e grandes aglomerações urbanas, seja ao manterem suas pequenas propriedades, seja ao tenderem a se localizar nas periferias urbanas ou pequenos aglomerados. (LIMONAD, 2004)

A recente expansão da rede urbana no Brasil não deixa dúvidas sobre a eficiência da intervenção do Estado sobre o território, de modo que o discurso da redução da *desigualdade regional*, hoje voga como jargão nas políticas públicas voltadas para as regiões “opacas”, do ponto de vista capitalista, como notou M. Santos (2009) e também Santos & Silveira (2001), por meio das políticas de Integração Nacional, da qual o indigenismo constitui peça chave mesmo depois a partir de 1989, quando a FUNAI deixou este Ministério (antigo Ministério do Interior, passando a integrar o Ministério da Justiça. Esta mudança simbólica, determinada pela Constituição Federal de 1988, que se antecipou e influenciou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, documento de referência para todos os países que integram as Nações Unidas e que possuem relações com povos “indígenas ou tribais” e controle apenas parciais sobre suas áreas demarcadas<sup>14</sup>. Este controle parcial, expresso em outros pontos do documento, se manifesta com o fato de o direito dos indígenas a decidirem, por exemplo, sobre o uso dos recursos minerais e hidrelétricos nem sempre lhes é assegurado na maioria dos países, restando-lhes apenas políticas compensatórias. Apesar disso, são obrigados a conviver com as novas realidades sociais decorrentes da instalação de tais

---

<sup>14</sup> Mesmo sendo considerado um documento progressista e muito pelo movimento indígena para assegurar seus direitos, a Convenção 169 tem suas limitações. A principal delas se encontra no item número 4 do Artigo Primeiro “Política Geral”: “A utilização do termo “povos” na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional.” (Convenção 169/OIT, de 27 de Junho de 1989).

processos econômicos.

A expansão econômica provoca a expansão e a refuncionalização da urbana. Novos centros surgem a uma velocidade assustadora, como demonstram Santos & Silveira (2001), ao longo dos últimos 30, 40 anos, principalmente na região central do país, com a criação de uma rede urbana provocada com a expansão territorial do agronegócio liderada pela soja e presença marcante de sulistas, a fronteira amazônica. No entanto, antigos centros da época dos seringais permanecem estagnados, espaços cada vez mais ofuscados pela dinâmica recente do capitalismo no Brasil, cujas economias tem girado exclusivamente em função de visões da Amazônia que ignoram a marcante rede urbana composta em sua maioria por cidades estagnadas, onde avançam economias ilícitas e informais. Devido ao discurso ambientalista e sua força política, temas como a extração mineral são raramente abordados sem polêmica, no entanto, proliferam os garimpos ilegais e/ou em áreas protegidas, escoando recursos das unidades de conservação, terras indígenas e outras áreas muitas vezes com esquemas mafiosos. Igualmente ocorre com a questão madeireira.

Independente disso, grandes levas de trabalhadores amazônicos dedicam-se a estas atividades, sendo invisíveis aos olhos dos legisladores e mão de obra farta e barata à disposição de patronos locais. Além destas atividades, que ocorrem no interior das terras indígenas, decorrente do contexto legal citado acima, muitos indígenas realizam atividades fora das áreas demarcadas, tendo relações diretas com as cidades regionais, onde geralmente são vistos com preconceito. No Rio Grande do Sul, muitas terras indígenas não apenas estão integradas à economia regional como respondem por boa parte da produção rural de muitos municípios, por meio das polêmicas “parcerias” realizadas entre lideranças e fazendeiros<sup>15</sup>.

Além de suas terras, a mão de obra indígena é bastante disseminada em fazendas e cultivos de maçã, milho e trigo (RS), soja, cana e algodão (MT), dentre outros. No Amazonas muitos indígenas trabalham em garimpos e seringais no sistema do Patrão (OLIVEIRA, 1988). Ao envolver-se nestas redes, os indígenas acessam, necessariamente, os fluxos que envolvem as relações entre cidade e campo, sendo tanto fornecedores de produtos e bens (madeiras, minérios, produtos agrícolas), com a dinâmica de suas terras determinadas desde as cidades (tanto nos casos de exploração econômica quanto nos projetos de gestão ambiental); quanto nos casos de migração a partir da aldeia, em direção às cidades ou outras áreas indígenas ou rurais.

---

<sup>15</sup> Como no caso das produções de soja, trigo, sorgo e outros nas Terras Indígenas Kaingáng, do Rio Grande do Sul, que tem provocado cisões em diversas comunidades, gerando tanto migrações entre terras indígenas, quanto migrações com destino às cidades (AMPARO, 2010).

A relação entre *aldeia* e *cidade*, enquanto conceitos concretos, materiais, dá-se no plano do urbanismo, do *fazer-se cidade*, *urbi*, como nos termos propostos por REIS (1967), de modo que poderíamos deduzir algo como um *equipamento urbano* das aldeias, para identificar e classificar diferentes situações de assentamentos, não apresenta mais que uma polêmica inicial, que logo se desfaz mediante a análise desde a lógica da cultura material e da organização espacial proposta por Baldus (1943), Harbenger (2005), Amparo (2010), na escala urbana, ou da observação das infraestruturas territoriais (“densidades técnicas”) de Santos (2001, 2009).

Já a relação do índio com a cidade pode dar-se em diferentes condições, que dizem respeito as limitações dos espaços sociais a que tem acesso. Veremos a seguir algumas das que consideramos mais relevantes. Antes, porém, é necessário apresentar uma última consideração teórico-metodológica a respeito da noção de escala aplicada à compreensão das geografidades indígenas. A noção de geograficidade, tem sido bastante explorada por importantes geógrafos contemporâneos (HAESBAERT, 2007; GONÇALVES, 2004). Não é o caso descrever neste curto espaço o que dizem estes autores, uma vez que constituem textos famosos. Tampouco, vem ao caso definir noção de escala, bastante discutida por inúmeros autores (CARLOS et alli, 2011), mas apenas de acrescentar as observações destes autores e outros, como Fremont (1980), ter certeza de que a cada vez mais é necessário uma geografia verdadeiramente humana, como o propõem Tuan (1980), Fremont (1980) e outros autores que se dedicam a espaços da interiores. Com isso, abre-se a possibilidade de explorar a relação tempo-espaço dos homens e mulheres “reais”, que permite uma visão de suas territorialidades, do espaço produzem e reproduzem dentro e fora das áreas delimitadas. E mesmo com a aparência de nova, retorna a discussão do nativo (KUPER, 2002), com uma nova roupagem: a reestruturação capitalista/colonialista promovida pelos Estados modernos, repercute no flagelo daqueles que possuem menores possibilidades de resistência. Ao mesmo tempo em que se lhes restringe cada vez mais suas terras, se lhes nega o direito à cidade, nos termos propostos por Lefebvre (1991).

Para driblar este impasse, devemos observar os espaços do homem, os acessos possíveis, enfim, considerar toda a repercussão fenomenológica da obra dos filósofos Merleau-Ponty (*apud* LIMA, 2007) e Michel Foucault (1990), que estudaram respectivamente o espaço-tempo (Merleau-Ponty) e a Biopolítica (Foucault). Cada um destes filósofos encontra seu espaço a elucidação das geografidades, particularmente este segundo, para os casos que serão apresentados. Assim, pode-se explorar os espaços cotidianos e sazonais que freqüentam a experiência humana na terra, bem como penetrar nos universos abstratos das leis

e mesmo do sagrado. Tais espaços, possuem, contudo, existência real no cotidiano das pessoas, e estamos tratando, portanto, de mobilidade e fixidez, os velhos termos ainda guardam utilização.

Ainda, deixaremos de abordar um polêmico tema, que se encontra na raiz da invisibilidade da questão indígena em Geografia, que diz respeito à formação de um campesinato indígena no Brasil. Esta proposta tem sido discutida por autores como João Pacheco de Oliveira (1998) e Carlos Walter Porto Gonçalves (2004), dentre outros, e com abordagens diferenciadas: enquanto o primeiro salienta a possibilidade de concretude desta proposição, sem muito eco entre seus colegas antropólogos, devido ao receio dos antropólogos em tratar da mudança cultural indígena (OLIVEIRA, 1988), o segundo discute a formação do campesinato indígena na América Latina, particularmente na Guatemala e América Central (GONÇALVES, 2004). Deste modo, enquanto avança noutros países uma concepção dos indígenas como campesino, no Brasil esta formulação ainda carece de refinamento, apesar dos esforços de GONÇALVES (2001, 2004)<sup>16</sup>.

Feitas estas considerações conceituais, que são as principais dentre as que temos conhecimento no momento, vejamos as diferentes situações nas quais podemos relacionar os índios e a cidades.

### **5.1. Índios “aldeados”**

O indígena aldeado, salvo os casos isolados, são frequentemente encontrados nas cidades regionais e metropolitanas. Os motivos, como vimos, são muitos. Inicialmente, observamos que é o não-índio que vai até os índios aldeados, localizando-os, e em seguida dominando-os, ou instalando postos no interior de suas aldeias, para servir de base para a comunicação entre estas e as cidades que as comandam. A relação entre as aldeias indígenas e as cidades são muitas, passando, na maioria dos casos, por uma ação diplomática, realizada pelo indigenismo. Na perspectiva do comércio, ou confeccionam e comercializam seus artesanatos e demais produtos nas cidades regionais, ou deslocam-se até estas com a finalidade de adquirir produtos não disponíveis, como utensílios agrícolas (facão, enxadas), anzóis, lâmpadas, alimentos, lanternas, etc. Adquirem ainda eletrodomésticos e produtos como televisão, geladeira, bujão de gás e outros. Nestes casos, os indígenas deslocam-se, geralmente, até as pequenas e médias cidades regionais, ali ficando dias, eventualmente

---

<sup>16</sup> Esta discussão é bastante antiga e remete a Sauer e Darcy Ribeiro, dentre outros importantes nomes da geografia e da etnologia.

semanas.

Numa outra perspectiva, que aqui chamaremos de perspectiva “política”, deslocam-se até cidades regionais, metrópoles e capitais (inclusive federal) com a finalidade de fazer valer suas reivindicações e demandas, quais sejam. Nestes casos reúnem-se com suas bases de apoio nas cidades e participam de mobilizações, articuladas principalmente com movimentos de artistas, estudantes, pesquisadores e militantes sociais. Ainda neste sentido, não se pode deixar de mencionar o caso dos índios que assumem cargos públicos, através de eleição ou nomeação<sup>17</sup>.

Uma terceira perspectiva, algo semelhante à apresentada acima, surge quando os índios aldeados são convidados para participar “apresentações culturais” nas diferentes cidades próximas (ou não) às áreas onde vivem. Nestes casos, nota-se claramente o apelo ao fato de serem “índios verdadeiros, oriundos das aldeias”, e na grande maioria dos casos se fundamentam no ideário indianista, do bom selvagem ao qual deve-se ajudar diante da “imensa dívida que temos com eles”. Infelizmente, em muitos destes eventos o discurso da “cultura” é confundido e assemelhado ao folclore, perdendo-se com isso a oportunidade de que questões fundamentais, de grande interesse do índio e da sociedade sejam discutidas em conjunto e à margem de preconceitos. Assim, muitas vezes o índio é trazido – a elevados custos – desde suas aldeias (assentamentos) para “dançar” ou forjarem rituais festivos em condições totalmente díspares das quais ocorrem em seus locais de origem, servindo mais à permanência do preconceito que à construção de novas formas de nos relacionarmos com os índios.

Chama a atenção o grande apelo que possuem estes eventos, tendo na participação indígena seu principal trunfo, possibilitando assim grandes possibilidades de arrecadação financeira para sua realização e verdadeiras cadeias de eventos indígenas, que se realizam de norte a sul do Brasil, sempre com o discurso da cultura associado ao do folclore, e dissociado do território e das lutas indígenas<sup>18</sup>. Trata-se, portanto, de um capital cultural.

Uma última perspectiva é aquela dos índios que deslocam-se desde suas aldeias em veículos, barcos ou aviões fretados pela SESAI<sup>19</sup> e FUNAI, com vistas ao atendimento de saúde. Como é sabido, desde a década de 1990 o atendimento à saúde indígena é prestado

---

<sup>17</sup> Enquanto reviso este texto antes de submetê-lo ao editor (março-2012) foi criada em Humaitá, no estado do Amazonas a primeira secretaria municipal de Assuntos indígenas. Para o cargo foi nomeado o indígena Ivanildo Tenharin, representante da etnia homônima e dupla residência (original do Trakwá, reside entre esta e a cidade, devido ao cargo a que foi nomeado).

<sup>18</sup> Recordo-me, que na segunda edição da “Aldeia Multiétnica”, em entrevista a jornalista da Agência Brasil de Notícias, ter sido perguntado por este se o evento que organizávamos era político, ao que respondi prontamente: “certamente que não vieram de tão longe apenas para dançar”...



pela antiga FUNASA, atual SESAI, autarquia federal ligada ao Ministério da Saúde, que possui postos de atendimento básico nas mais diferentes aldeias do país, em muitos casos contando com o serviço dos próprios indígenas, treinados ou qualificados em cursos de enfermagem. Todavia, os casos mais graves exigem o deslocamento às cidades com maiores condições de realização de tratamento. Para tanto, a SESAI conta, nas diferentes cidades com presença indígena, com CASAIs, (Casa de Saúde do Índio), onde não apenas é oferecido tratamento para os casos mais graves, como também moradia e refeições para os parentes, que geralmente acompanham os doentes. Alguns exemplos: CASAI Brasília, CASAI Guajará-mirim (Rondônia), Humaitá-AM, etc.

## **5.2. Comunidades ou assentamentos urbanos**

Uma segunda condição que merece destaque é a presença de verdadeiras comunidades indígenas situadas em áreas urbanas. Tantas são estas comunidades, que não seria possível descrever a todas. Algumas situações, mais afetas à nossa experiência pessoal ou mais divulgadas, através de estudos de pesquisadores e na mídia, serão consideradas aqui. Em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, são três as comunidades indígenas Kaingáng em plena área urbana. São elas as comunidades do Morro do Osso, Agronomia e Lomba do Pinheiro. Situam-se em “ilhas” verdes dentro dos limites urbanos do município, reconstituindo características da ocupação ancestral indígena.

Na Lomba do Pinheiro vivem – desde fins da década de 1990 – cerca de 24 famílias indígenas Kaingáng, falantes de sua própria língua, em habitações precárias, geralmente de madeira (pinus ou pinho) e telhados de amianto (apenas algumas casas possuem telhas de argila). São precárias as condições de saneamento básico, mas há escola, posto de saúde e “Casa de Cultura”, assim como o terreno foi formalmente doado pela prefeitura aos índios, que vivem basicamente da comercialização de artesanatos, principalmente de cipós e taquaras, dos mais diversos tipos, inclusive adaptados às demandas não-indígenas, posto que alguns artesãos trabalham sob encomenda. Os indígenas da Lomba do Pinheiro tem por origem as diferentes comunidades do interior do estado, onde possuem parentes diversos e realizam visitas frequentes (AMPARO, 2010).

A comunidade indígena urbana de Coroa Vermelha, na Bahia, legalmente demarcada pela FUNAI, constitui um bairro inteiro da cidade de Santa Cruz Cabralia. A economia da área dá-se basicamente em função do turismo, mas há grande número de indígenas

---

<sup>19</sup> Secretaria Especial de Saúde Indígena.

empregados em ocupações formais. Em São Gabriel da Cachoeira, cerca de 15 povos distintos dão o tom e a língua da cidade amazônica, situada às margens do Rio Negro. Todavia, não temos mais detalhes sobre a forma como se dá essa ocupação, se não pelo expressivo dado linguístico – a cidade é uma das que apresenta maior diversidade linguística do planeta (CLAVAL, 2003).

Na metrópole paulista, temos conhecimento de que índios Guarany Mbyá ocupam pequena área próxima à Pequena Hidrelétrica de Parelheiros; em Niterói (RJ), também os Guarany Mbyá ocuparam recentemente área localizada na praia de Piratininga. Em que pese a localização “nobre” desta área, descobriu-se recentemente que os pretensos proprietários que seriam atingidos com uma possível demarcação nunca possuíram títulos seguros, não passando de especuladores. Ademais, a ocupação dá-se em área de sítio arqueológico (“sambaqui”), cuja ocupação indígena já está há tempos comprovada (ZUCH-DIAS, 2004).

Muitas cidades, como Dourados ou Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; Canarana, Brasnorte e Feliz Natal, no Mato Grosso; ou Redenção, Tucumã, no Pará, dentre muitas outras; que atualmente constituem redutos de pensamento anti-indígena, foram, conhecidamente, edificadas em áreas de antigas ocupações indígenas, inibidas com a chegada dos bandeirantes, outrora; ou de colonos, em tempos mais recentes (SOUZA, 2008).

Muitos outros casos poderiam ser aqui citados, citaremos por fim, dois casos bastante emblemáticos, por situar-se em duas cidades bastante relevantes, que são a capital federal e o Rio de Janeiro que se prepara para grandes eventos esportivos. O primeiro caso, trata-se do local que passou a ser conhecido como “Santuário Sagrado dos Pajés” ou T. I. Rio Bananal, localizada em área de expansão urbana, em Brasília. A chegada dos indígenas ao local deu-se em fins da década de 1960, diretamente relacionada às atividades da FUNAI, atraindo por isso, como numa espécie de filtro, apenas lideranças e seus familiares. Oriundos de diferentes localidades do país, índios que vinham a Brasília reivindicar direitos geralmente territoriais e espaços políticos, passaram a viver nesta área de cerrado, localizada próxima a uma das áreas mais nobres da cidade, prevista para expansão urbana no Programa Brasília Revisitada, do próprio Lúcio Costa (1987), urbanista que projetou a cidade.

Esta área passou a abrigar índios de diferentes povos, muitos dos quais remanescentes de povos que antigamente tinham no planalto central suas áreas de migração. O atual governo do Distrito Federal, totalmente envolvido em escândalos, e claramente mobilizado em função da especulação imobiliária, tem licitado os lotes desta área, onde pretende edificar o Setor Noroeste. Por sua vez, apesar de a ocupação indígena ser o aspecto mais importante a ser

considerado, em sua maioria estudantes, professores universitários e moradores da Asa Norte, que temem um possível caos urbano na área nobre, tem escolhido o controverso caminho do ecologismo/ambientalismo como forma de conter a expansão urbana, alegando se tratar de área de nascentes e de “cerrado preservado”. Contudo, a expansão urbana já foi aprovada pelas autoridades ambientais do Distrito Federal, sendo a ocupação indígena o único impedimento à sua instalação.

No momento em que se conclui este texto as obras do bairro encontram-se suspensas, devido a liminar impetrada na justiça pela sociedade civil, em defesa dos índios. Este caso é muito simbólico e representativo, pois compreende tanto a moradia fixa de indígenas, como ainda a moradia sazonal de alguns deles. Ao mesmo tempo, a área é ocupada não apenas por um grupo, mas por índios das etnias Fulni-o, Kariri-Xocó, Korubo e outras. A FUNAI, não se posicionou a respeito, lavando as mãos, por ser a questão indígena em área urbana demasiado delicada, a ponto de comprometer determinadas alianças políticas que compõem a atual direção do órgão, a exemplo do que ocorre em Niterói e ainda em outras áreas urbanas no país, onde o reconhecimento vem não do órgão indigenista, mas de agentes locais e regionais, como prefeituras, governos estaduais e sociedade civil. Igual caso é da Aldeia Maracanã, onde indígenas de diversas etnias que vivem no Rio de Janeiro lutam contra a demolição do antigo Museu do Índio por conta das obras que visa preparar o Maracanã para Copa do Mundo de 2014.

### **5.3. Índios residentes nas cidades em condição periférica**

Uma terceira condição relevante diz respeito à presença do índio na cidade em condição precária e periférica. O “precário” e “periférico” considerado aqui diz respeito não apenas às características da habitação, mas principalmente ao fato de estes indígenas viverem em condição periférica em relação a suas comunidades de origem, ou seja, ao fato de viverem nos núcleos urbanos, porém, com pouca ou nenhuma ligação ao seu grupo de origem. Esta situação decorre, inicialmente, da precariedade territorial das terras indígenas, que impele muitos indígenas à busca por atividades fora de suas aldeias. Casos omissos dizem respeito a indígenas que, por divergências internas à sua comunidade, optaram pelo abandono das aldeias, buscando melhores condições de vida no meio urbano.

Há ainda indígenas que se retiraram de suas aldeias ainda jovens ou crianças que foram adotadas por “padrinhos” não-índios, com a finalidade de “concluírem” seus estudos escolares, em alguns casos com objetivo de estarem “melhor preparados” para a defesa dos

direitos de seus povos; há aqueles que cursam universidades, cursos técnicos ou profissionalizante. Outros casos dizem respeito a famílias que como mão-de-obra cambiante, mudam-se para as cidades em busca de melhores oportunidades. Na maioria dos casos estes são os indígenas em maior situação de vulnerabilidade social, na fronteira entre a identidade indígena e a identidade urbana (periférica), suscetíveis aos diferentes problemas da vida urbana, como a violência ou o consumo de drogas. Não raro, devido às dificuldades financeiras que encontradas, muitos indígenas moram em subúrbios e periferias afastadas do centro das cidades, em precárias condições de moradia, e com assistência limitada da parte da FUNAI ou da SESAI.

#### **5.4. O “equipamento” urbano das aldeias**

Pelo que foi apresentado até aqui, e pelo que também já é sabido de outras fontes, podemos agora, avançar mais um passo em nossa análise, descrevendo aquilo a que chamamos de *equipamento urbano das aldeias*. Sendo a aldeia como tal a conhecemos criada/fomentada pelo não-índio, o próprio aldeamento pode ser considerado, desde já, como espaço urbano. Contudo, se quisermos ainda supor uma certa neutralidade a respeito da noção de aldeia como organização orgânica dos indígenas, percebemos então que este espaço, o da aldeia, se modifica tanto em termos de volume e densidade de materiais, como também estética e espacialmente, incorporando formas que obedecem a funções específicas. Posto da FUNAI, Posto de Saúde, Escola, Silos, Igrejas, galpões, lanches, sedes de Associações constituem o pacote básico de formas. Chama a atenção a quantidade de lixo gerado tanto por indígenas quanto pelas missões indigenistas pessimamente cuidados e os sanitários públicos instalados em algumas aldeias, que objetivando melhorar a higiene, resultaram em fossas abertas e atraindo insetos e doenças.

No plano dos equipamentos e bens não duráveis, observa-se a entrada cada vez maior de objetos de origem de fora da aldeia, tais quais TVs, DVDs, aparelhos de som, eletrodomésticos, etc., bem como o incremento da eletricidade, através de geradores ou programas oficiais, e o amplo consumo de combustível, inclusive naquelas atividades consideradas “tradicionais”, como a caça e a pesca, com uso de motores tais quais rabetas e automóveis. Estes meios favorecem a assimilação dos valores urbanos nestas comunidades, ainda que geralmente direcionados para estereótipos e visões superficiais. Cremos que seria possível, se assim desejassemos, estabelecer mesmo uma classificação das aldeias conforme o grau de seu equipamento urbano. A relação entre os objetos e distância da cidade-média mais

próxima seria um importante parâmetro da necessidade dos indígenas de tais produtos. A realização destas pesquisas possibilitariam uma superação definitiva da idéia mistificada do indígena.

### **5.5. Outras perspectivas (Xavante)**

Além dos casos até agora citados também, outros podem ser aludidos aqui. Deixando estes casos em aberto, julgamos pertinente referir, ao menos, sobre o caso dos índios Xavante, frequentemente encontrados nas cidades próximas a suas áreas demarcadas, e ainda nas cidades onde possuem sede a FUNAI e a SESAI, que ao mesmo tempo em que se enquadram nos itens descritos anteriormente, merecem uma observação particular. Para melhor compreendermos esta questão, é imprescindível extrapolar os conceitos construídos pelas disciplinas ocidentais para lidar com o indígena. No caso dos Xavantes, por exemplo, constituem um povo “nômade”, originário do cerrado baiano, a oeste do rio São Francisco (SÁ, 1982). Segundo consta, desde o século XVIII estes índios recuam de suas tradicionais áreas migratórias, na direção do interior do país, até o momento em que se “sedentarizaram”, no nordeste do Mato Grosso, por volta da década de 1940, quando por força das circunstâncias da territorialização, assegurando a demarcação das áreas no entorno dos seus aldeamentos que possuíam por este momento<sup>20</sup>.

Cristina Sá, em dissertação de mestrado defendida em 1982, registra as características das formas migratórias e dos assentamentos Xavante, de padrão semi-circular. Todavia, uma vez demarcadas estas áreas, extremamente limitadas diante da territorialidade deste povo, marcada por caçadas que podem durar meses ou anos, é comum encontrá-los nas cidades regionais, e ainda na Capital Federal, não raro, pintados para a guerra, e eventualmente consumindo bebidas alcoólicas.

Os Xavantes há séculos são temidos tanto pelos não-índios quanto por outros índios. Sua presença nas cidades regionais e na FUNAI ainda hoje provoca temores, pois se comunicam em língua própria, impossibilitando a compreensão de suas estratégias; apresentam sempre aspecto fechado, sendo pouco sorridentes; e se movimentam em grupos e armados de bordunas, com as quais eventualmente rechaçam a postura de algum agente da FUNAI ou inimigo não-índio, conforme descrições de indigenistas.

São ainda um povo de contato muito recente, de pouco mais de 60 anos, com muitas

---

<sup>20</sup> Sobre isto, ver descrição dos irmãos Villas-Boas (VILLAS-BOAS & VILLAS-BOAS, 1994, p.26), na qual fazem alusão aos Xavantes. Ver também Sá, 1982.

de suas características tradicionais preservadas. Supomos que são nômades até hoje, como o são alguns grupos de Kaingáng e outros povos, ainda que estas migrações sejam bastante limitadas no espaço, devido à presença cada vez maior de “civilizados” (SÁ, 1982). A presença de numerosos grupos de Xavantes em Brasília, na sede da FUNAI, nos obriga a pensar de forma mais atenta sobre os aspectos culturais deste povo. É evidente que a presença destes na sede do órgão indigenista tem motivações políticas. Assentam-se nas dependências inferiores do órgão, e são obrigatoriamente “tolerados” pela segurança, por ser demasiado complexa uma possível retirada dos que ali estão alojados, muitas vezes famílias inteiras, com muitas crianças. Utilizam os banheiros do estacionamento e acomodam seus colchonetes e cobertores ali próximos, em espaços improvisados. Realizam assembleias diárias no auditório de sua sede, as quais em determinadas ocasiões chegam a contar mais de 60 índios e é vetada a participação *warazu* (não-índios). Estas reuniões são muito próximas do *Warã*, reunião costumeira que realizam sempre no pátio das aldeias, ao cair da tarde, na qual participam apenas homens.

Frequentemente são noticiados em jornais televisivos e escritos, como símbolo da “incapacidade” do órgão em atender aos povos indígenas, que encontram-se “ao relento”. Não se trata de questão de fácil resolução. A presença destes índios na FUNAI tem caráter quase semiótico, simboliza uma condição criada pelo Estado, e da qual este não tem como livrar-se. Inibidas as áreas dos seus tradicionais fluxos migratórios, demarcadas suas áreas em ilhas, reservando-lhes poucos quilômetros ao redor de suas aldeias, muitos aspectos do modo de vida e da sociabilidade xavante são inibidos.

A “mendicância”, em alguns casos o consumo de álcool, são, antes, rótulos rasos para um profundo problema geográfico que se coloca para o indigenismo brasileiro, para além do povo xavante: trata-se de uma territorialização ou de uma re-territorialização<sup>21</sup>? Em ambos os casos, o território continua como categoria principal para compreender a questão. Sem lançar mão de uma teoria, defende-se aqui que o problema xavante – e o de muitos índios, na algibeira – segue mal compreendido até hoje. Problematizar esta temática desde a geografia exigirá esmero dos geógrafos, mas pode resultar em grande compreensão e luz para a discussão. Uma revisão da noção de “sedentarização” com relação aos indígenas, sendo conhecido o fato de mesmo após séculos de contato, no caso Kaingáng; e décadas, no caso

---

<sup>21</sup> O professor Rogério Haesbaert dedica um capítulo inteiro de seu livro *O Mito da desterritorialização* (2007) à territorialidade dos viajantes e “vagamundos” (substituímos o termo “vagabundo”, utilizado por Haesbaert, por *vagamundo*, termo bastante utilizado por Eduardo Galeano (1999) em suas crônicas, para se expressar a este mesmo grupo social, ou seja, aqueles que não fixam moradia as vagam pelo mundo em busca de aventuras e experiências.

Xavante, até os dias atuais os mesmos persistem em suas peregrinações Brasil afora, apenas limitados pelas áreas nas quais podem ou não “pousar”, e onde podem conseguir alimentos (AMPARO, 2010).

## 6. Conclusão

Procurou-se neste trabalho trazer à luz uma nova abordagem para um tema bastante polêmico e por isso mesmo timidamente abordado tanto pela Geografia quanto pela etnologia. Apresentamos nosso esforço de busca por respostas para as questões colocadas por Milton Nascimento na canção “Que virá dessa escuridão?” (do disco *Txai*, de 1990), o qual é totalmente dedicado a indagações sobre o futuro dos povos indígenas e da floresta. Compreender a questão indígena como questão urbana talvez cause surpresa e mesmo espanto à maioria dos leitores acostumados ou adeptos a uma perspectiva romântica ou indianista com relação ao índio e principalmente ao indigenismo, que eventualmente comporta grande parte das críticas que se podem realizar a políticas de governo.

O que pretende-se aqui é demonstrar como mesmo o indigenista que atua na “ponta”, é i) herdeiro de uma tradição sertanista, bandeirante; ii) um personagem urbano, e como tal, subjacente a uma ideologia urbana, que atua na defesa do interesse territorial da cidade; iii) descrever as dificuldades teóricas através das quais os assentamentos indígenas deixam de ser consideradas em termos urbanos; e, por fim, iv) analisar, ainda que brevemente e com limitados subsídios teóricos, a dinâmica e os fatores que tornam cada vez mais efetiva a presença dos índios nas cidades brasileiras.

Antes que esgotar a questão, espera-se que se possa avançar no sentido da construção de uma nova imagem de cidade, da qual o índio possa vir a fazer parte não como sujeito periférico, mas como componente da sua diversidade, lembrando que a cidade é, por vocação, o lócus da pluralidade política e cultural. Por fim, trazer à baila o caráter colonialista através do qual determinados conceitos, como o de sedentarização, tem sido utilizados, no sentido de viabilizar, com isso, a ocupação (*territorialização*) de áreas antigamente ocupadas por indígenas ou nas quais estes perambulavam e a naturalização deste processo.

## Bibliografia

AMPARO, S. S. **Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê meridional**. Dissertação de mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e

Urbanismo, PPG-FAU-UnB, Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Indigenismo como processo de territorialização: introdução ao estudo sobre a forma das aldeias in **Revista EDUCAmazonia**, Ano 5, Vol. VIII, Número 1, Jan-Jun, Manaus, 2012, pp.50-75.

ARGAN, G. **História da arte como história da cidade**. Ed. Martins Fontes, 5º Ed., São Paulo, 2005. (Trad.: Píer Luigi Cabra)

BALDUS, H.. “Aldeia, casa, móveis e utensílios entre os índios do Brasil: sugestões para pesquisas etnográficas” in **Sociologia: Revista Didática e Científica**. Vol. IV, n. 2, USP, São Paulo: 1942.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. Ed. Contexto, São Paulo, 5ª. Ed., 2011.

CARLOS, A. F. A. *et alli*, 2011. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, Ed. Contexto, 2011.

OLIVEIRA, R. C. “Indigenismo ou Colonização?” in **Revista Civilização Brasileira**, Ano IV, Ns. 19 e 20, Rio de Janeiro, 1968. PP. 169-178.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Ed. Paz e Terra, 1983. (Trad.: Arlene Caetano)

CLAVAL, P. “The logic of multilingual cities and their political problem” in **Revista Terra Livre**, Ano 19, Vol. 2 – 21, Julho / Dezembro 2003. Edição: Movimentos Sociais, multiplicidade teórica e metodológica. pp. 11-23.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório violência contra os povos indígenas – dados de 2011**. Brasília, 2012. (Coord. Lucia Helena Rangel).

CORRÊA, V. **História do Mato Grosso**. Instituto Nacional do Livro, 3º Ed. Rio de Janeiro, 1969 . Série “Estudos”.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.

DAVIS, S. “Diversidade Cultural e Direitos dos Povos Indígenas” in **MANA-Revista de Antropologia do Museu Nacional**, Ano 14, Vol. 14, N.2, Rio de Janeiro; 2008. pp. 571-585.

FAUSTO, Carlos. “Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Xingu” in **Revista de Estudos e Pesquisas**, Vol. 2, N. 2, FUNAI, Brasília, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Editora Graal, 9ª Ed., Rio de Janeiro: 1990. (Organização e Tradução: Roberto Machado)

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população : curso dado no College de France (1977/1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Martins Fontes, São Paulo, 2008. (Trad. Eduardo Brandão)

FREMÓNT, A. **A região, espaço vivido**. Livraria Almedina, Coimbra, 1980. (Trad. António Gonçalves).



FUNAI, **Plano Plurianual 2012-2015**, Governo Federal, Poder Executivo, Brasília, 2012.

GALEANO, E. **Vagamundo**, L&M Pocket, São Paulo, 1999.

GIRALDIN, O. **Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central**. Editora da Unicamp, Campinas: 1997.

GONÇALVES, C. W. P. “Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades” in CECENÃ, A. E. & SADER, E. **La guerra infinita: Hegemonia y terror mundial**, CLACSO, Buenos Aires, 2004. pp. 217-256.

\_\_\_\_\_. “O latifúndio genético a r-existência indígena-camponesa” in **Geographia**, Ano IV, N. 8, PP GEO-UFF, Niterói, 2002. pp. 26-41.

\_\_\_\_\_. “Los indigenas e La cuestion nacional” in **Agência Latinoamericana de Información**, La Habana, Cuba, 2010.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.

HARBENGER, K. “Por uma teoria espacial do parentesco” in **MANA-Revista de Antropologia do Museu Nacional**, Ano 11, N. 11, VOL. 2, Rio de Janeiro: 2005. pp.23-45.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**, Edições Loyola, São Paulo, 1992. (Trad. Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves). pp. 155-99.

HAUSER, P. & SCHINURE, L. (Org.). **Estudos de Urbanização**, ED. Pioneira, São Paulo: 1975. (Trad.: Eunice Ribeiro Costa)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. IBGE, Rio de Janeiro: 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Ed. Moraes, São Paulo, 1991.

LIMA, E. L. “Do corpo ao espaço: a contribuição da obra de Merleau-Ponty à análise geográfica” in **Revista GEOgraphia**, Ano IX, Nº. 18, Niterói, 2007. pp 64-84.

LIMONAD, E. in SANTOS, M. *et alli*. “Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos” **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Ed. Lamparina, 3ª Ed., Rio de Janeiro: 2007. pp. 145-170.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o conhecimento geográfico: por uma epistemologia crítica**, Ed. Contexto, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, J. P. **O Nosso Governo: Os Ticuna e o regime tutelar**. Ed. Marco Zero/CNPQ. São Paulo/Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Indigenismo e Territorialização; poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Contra-Capa Livraria e Editora, Rio de Janeiro: 1998. Série Territórios Sociais.

OIT – Organização Internacional do trabalho. **Convenção 169, sobre os direitos dos povos indígenas e Tribais**. Organização das Nações Unidas, Genebra, 1989.

**KUPER, A.** “O retorno do nativo” in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, junho de 2002, pp. 213-237.

**RAMOS, A.** “Uma crítica da desrazão indigenista: palestra proferida na Mesa Redonda ‘Movimentos Indígenas, estruturas estatais e organismos transnacionais’ do XXII Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, outubro de 1998” in **Serie Antropologia**, n. 243, Brasília, 1998.

**REIS, N. G.** **Urbanização e teoria: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização**, Tese defendida para provimento da cátedra Nº. 22 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1967.

**RIBEIRO, D.** **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.

**SÁ, C.** **Aldeia de São Marcos: transformações da habitação de uma comunidade Xavante**. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História da Arquitetura. USP, São Paulo: 1982.

**SAÍÁ, L.** **Morada Paulista**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 1995. 3º Ed. Série Debates.

**SANTOS, M.** **Metamorfoses do espaço habitado**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. Edusp, 4º Ed., São Paulo, 2004.

**SANTOS M. & SILVEIRA, M. L.** **Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Ed. Bertrand Brasil, São Paulo / Rio de Janeiro, 2ª. Ed. 2001.

**SCHLEE, Andrey Rosenthal.** **Os arquitetos e a historiografia da arquitetura indígena**. Material elaborado para orientar alunos em disciplinas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Brasília, s/ data.

**SCHIAVINI, F.** **De longe, toda serra é azul: histórias de um indigenista**. Edição do autor/Gráfica Criativa. Brasília, 2006.

**SIMÕES, L. A.** **Análise da Organização do espaço da habitação de uma comunidade Kaingáng**. Trabalho de graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo como exigência final para sua conclusão. Universidade Estadual de Londrina: Depto. Arquitetura e Urbanismo, Londrina, 1989.

**SOUZA, J. L.** “A invisibilidade dos lugares Kadiweu: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas” in **Revista Espaço & Cultura**, N. 23, Jan-Jun, NEPEC-

UERJ, Rio de Janeiro, 2008. pp.44-53.

TUAN, Y. F. **Topofilia: Um estudo da percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** Ed. Difel, São Paulo, 1980. Trad.: Livia de Oliveira.

VEIGA, J. **Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingáng.** Ed. Curt Nimuendaju, Campinas, 2006.

VILAROEL, J. A. B. **Espaço andino: Chipaya, uma lógica ancestral de conformação urbana.** Dissertação de Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Urbanismo, PPG-FAU [UnB], Brasília, 2008.

VILLAS-BOAS, C. & VILLAS-BOAS, O. **Expedição Roncador-Xingu,** Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1994.

ZUCH-DIAS, J. **A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingáng.** Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo: 2004.